



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LÍVYA APARECIDA DE PAIVA TAVARES

**ANÁLISE DAS RECEITAS NA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL
DOS MUNICÍPIOS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

LÍVYA APARECIDA DE PAIVA TAVARES

**ANÁLISE DAS RECEITAS NA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL
DOS MUNICÍPIOS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação/ Departamento do Curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior.

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T231a Tavares, Livya Aparecida de Paiva.
Análise das receitas na condição financeira governamental dos municípios de João Pessoa e Campina Grande-PB [manuscrito] / Livya Aparecida de Paiva Tavares. - 2022.
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Condição Financeira Governamental-CFG. 2. Receitas Orçamentárias Operacionais. 3. Finanças públicas municipais.

I. Título

21. ed. CDD 336

LÍVYA APARECIDA DE PAIVA TAVARES

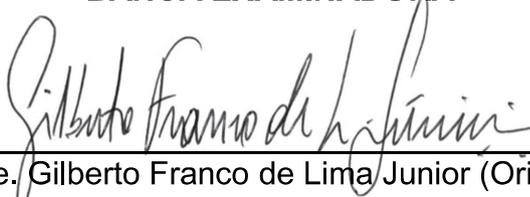
**ANÁLISE DAS RECEITAS NA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL
DOS MUNICÍPIOS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharelado em Ciências
Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade
Financeira

Aprovada em: 15/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

JOSE LUIS DE
SOUZA:02441053400

Assinado digitalmente por JOSE LUIS
DE SOUZA:02441053400
DN: cn=JOSE LUIS DE
SOUZA:02441053400, o=BR, ou=JCP-
Brasil, ou=RFB e-CPF A3,
email=scamatriz@gmail.com
Data: 2022.03.23 11:29:27 -03'00'

Prof. Me. José Luís de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu esposo, filho, pais, irmã e sobrinhos
por todo suporte, dedicação, companheirismo
e amizade, DEDICO.

“O contador é a bússola de uma empresa. Com base nos elementos que ele fornece, o empresário sabe se vai ter sucesso ou insucesso.” (Annibal de Freitas)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tabela 01: Variação e relação entre o PIB, população e receita orçamentária do município de Campina Grande no período de 2016 a 2019	20
Tabela 2	Variação e relação entre o PIB, população e receita orçamentária do município de João Pessoa no período de 2016 a 2019	20
Tabela 3	Indicadores da CFG a partir da Receita Orçamentária Operacionais para o município de Campina Grande no período de 2016 a 2019	21
Tabela 4	Indicadores da CFG a partir da Receita Orçamentária Operacionais para o município de João Pessoa no período de 2016 a 2019	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Indicadores do modelo Brown (1993)

18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CFO	Condição Financeira Orçamentária
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto

LISTA DE SÍMBOLOS

R\$ Real
% Porcentagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Condição Financeira Governamental: fatores determinantes e componentes	13
2.1.1	<i>Fatores determinantes da condição financeira</i>	15
2.2	Estratégias de análise da condição financeira	15
2.2.1	<i>Procedimento e propósito da análise</i>	16
3	METODOLOGIA	17
3.1	Dados, fontes e período	18
3.2	Indicadores de análise	18
4	RESULTADOS E ANÁLISES	20
4.1	Variação e relação dos indicadores da CFG para as receitas orçamentárias operacionais	20
4.2	Análise dos indicadores da CFG para o município de Campina Grande	21
4.3	Análise dos indicadores da CFG para o município de João Pessoa	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	

**ANÁLISE DAS RECEITAS NA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL
DOS MUNICÍPIOS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE-PB**

**ANALYSIS OF REVENUES IN THE GOVERNMENT FINANCIAL CONDITION OF
THE MUNICIPALITIES OF JOÃO PESSOA AND CAMPINA GRANDE-PB**

Lívyia Aparecida de Paiva Tavares

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar o comportamento das receitas orçamentárias operacionais das cidades de João Pessoa e Campina Grande, e verificar sua importância à luz da condição financeira governamental (CFG). Para a análise da CFG pelo lado da Receita Orçamentária Operacionais, foram calculados os índices de abordagem adaptada de Brown (1993), que abrangem a Receita *per capita*, o Esforço Tributário, a Autonomia Financeira, a Autossuficiência Financeira, a Dependência Financeira, a Diversificação da Receita e a Tendência da Receita. Para os cálculos dos índices, se utilizou de dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Os principais resultados mostraram que houve crescimento das Receitas Orçamentárias Operacionais *per capita* em Campina Grande, de R\$ 1,8 mil em 2016 para R\$ 2,3 mil em 2019, e em João Pessoa, de R\$ 2,4 em 2016 para R\$ 2,7 mil em 2019, o que contribuiu positivamente para a CFG, entretanto, a dependência financeira foi um fator negativo, dado que em Campina Grande foi de 55% das receitas operacionais no período e de 52% em João Pessoa, mostrando as transferências fiscais são fundamentais para as finanças públicas locais. No geral, em ambas as cidades, a CFG se mostrou positiva em relação às receitas.

Palavras-chave: Condição Financeira Governamental; Receitas Orçamentárias Operacionais; Campina Grande; João Pessoa.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze the behavior of operating budget revenues in the cities of João Pessoa and Campina Grande, cities in Paraíba, and to verify their importance in light of the governmental financial condition (GFC). For the analysis of the GFC from the Operational Budget Revenue side, Brown's (1993) adapted approach indices were calculated, covering Per capita Revenue, Tax Effort, Financial Autonomy, Financial Self-sufficiency, Financial Dependency, Diversification of Revenue and the Revenue Trend. To calculate the indexes, data from the Brazilian Public Sector Accounting and Tax Information System and from the Brazilian Institute of Geography and Statistics were used. The main results showed that there was a growth in Operating Budget Revenues per capita in Campina Grande, from R\$ 1.8 thousand in 2016 to R\$ 2.3 thousand in 2019, and in João Pessoa, from R\$ 2.4 thousand in 2016 to R\$ 2.7 thousand in 2019, which contributed positively to GFC, however, financial dependence was a negative factor, given that in Campina Grande it accounted for 55% of operating revenues in the period and 52% in João Pessoa, showing fiscal transfers are critical to local public finances. Overall, in both cities, GFC proved to be positive in terms of revenues constitutive elements of the GFC, leaving this task to other academic works.

Keywords: Government Financial Condition; Operating Budget Revenues; Campina Grande; João Pessoa.

INTRODUÇÃO

É notório o fato de que a maioria dos municípios brasileiros possui dificuldades na gestão fiscal, pois tendem a gastar mais do que arrecadam e acabam tendo problemas para cumprir suas obrigações, ficando dependentes de transferências intergovernamentais.

Estudo divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan, 2019), avaliou o desempenho econômico de 5.337 cidades brasileiras. A conclusão foi que 73,9% desses municípios estavam em situação fiscal difícil ou crítica, ou seja, são 3.944 localidades nesta condição, incluindo nove capitais: Florianópolis, Maceió, Porto Velho, Belém, Campo Grande, Natal, Cuiabá, Rio de Janeiro e São Luís. Ainda entre os municípios analisados, 1.856 não se sustentam, porque a receita local que geram não é suficiente para cobrir os gastos com a própria estrutura administrativa e com a Câmara de Vereadores. No Nordeste 71% e no Norte 45,6% das prefeituras não se sustentam. O desempenho melhor se verifica apenas em 3,2% das cidades nordestinas e 6,1% do Norte.

Ter uma boa situação financeira e orçamentária garante que os municípios possam fornecer serviços demandados pela comunidade e cumprir com suas obrigações junto aos credores. Quando os municípios se encontram em uma má situação financeira, as necessidades das comunidades deixam de ser cumpridas, podendo acarretar problemas, como a falta de investimento em educação, saúde, segurança, saneamento etc. Dessa maneira, para que o governo possa satisfazer as demandas da sociedade, deve haver uma boa condição financeira, como conceituada adiante.

A Condição Financeira Governamental (CFG) é definida por Berne (1992) como a probabilidade de que um governo satisfaça suas obrigações financeiras para com seus credores, consumidores, empregados, contribuintes, fornecedores, cidadãos, dentre outros, tão logo elas sejam reclamadas, bem como a obrigação de prestar serviços a seus cidadãos, tanto no presente quanto no futuro (*apud* Lima & Diniz, 2016, p.75). No sentido contábil, segundo Groves e Valente (2003), a CFG significa a capacidade de o governo gerar caixa suficiente para trinta ou sessenta dias a fim de pagar suas contas. Os autores acrescentam ainda que nesse sentido restrito a CFG significa também a capacidade do governo gerar receita suficiente no seu período orçamentário normal para atender suas despesas e não incorrer em déficits. Isso é frequentemente chamada de solvência orçamentária (*apud* Lima & Diniz, 2016, p.74). Mas a CFG não se limita às receitas públicas, apesar de ser um dos principais elementos. Ela abrange o domínio das despesas, do endividamento, do ambiente econômico e institucional etc.

A Paraíba, assim como em qualquer outro estado da federação brasileira, os municípios não podem prescindir de atenção sobre sua condição financeira, sob pena de atuarem precariamente em sua missão na oferta sustentável de serviços públicos. Mas não há estudos que evidenciem a situação da CFG dos municípios paraibanos que permitam conhecer suas capacidades de cumprir com suas obrigações.

Esse fato é verdadeiro até mesmo para as duas maiores cidades do estado da Paraíba, Campina Grande e João Pessoa, em pelo menos num dos aspectos mais importantes da CFG, as receitas municipais. É por esse motivo que surge a necessidade de se estudar a CFG na perspectiva dos ingressos de recursos dessas cidades, que possuem o maior número de contribuintes, economias mais fortes e, conseqüentemente, um nível maior de arrecadação em comparação com as demais cidades do estado.

Dada a exposição, procura-se responder ao seguinte questionamento: **Qual o comportamento das receitas orçamentárias na CFG dos municípios de João Pessoa e**

Campina Grande?

Diante à questão, este trabalho tem como objetivo geral analisar o comportamento das receitas orçamentárias operacionais das cidades de João Pessoa e Campina Grande, cidades paraibanas, e verificar sua importância à luz da condição financeira governamental. Seus objetivos específicos são estudar a evolução dessas receitas para o período de 2016 a 2019, apresentar o conceito de condição financeira e a estratégia para sua análise.

A justificativa para esse estudo está na relevância da análise das receitas orçamentárias operacionais dos municípios de João Pessoa e Campina Grande para avaliar a CFG deles, e mostrar como o governo explora suas fontes de recursos, determinando a sua capacidade em fornecer bens e serviços à comunidade.

Desta forma, o estudo também procura deixar claro a importância da CFG na tomada de decisão, pois ainda é um instrumento que precisa ser mais difundido no setor público, dado que a literatura para tratar de um assunto tão importante está em expansão.

O trabalho é ainda interessante porque servirá como uma referência ou ponto de partida para trabalhos futuros na área da condição financeira.

Por fim, a realização da pesquisa permite a discente que a realizará o amadurecimento na área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tornando-a uma profissional melhor para que cumpra bem sua função social.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A garantia da saúde financeira do governo é condição necessária para o bom fornecimento, de maneira adequada e contínua, dos serviços para suprir as necessidades e o bem-estar da população. Dessa maneira, uma boa CFG saudável deve ser um dos objetivos dos governantes, se não o principal.

Adiante se fará uma discussão sobre a posição financeira do governo, sobre a CFG e seus fatores determinantes e, por fim, o papel das receitas orçamentárias operacionais nessa condição.

2.1 Condição Financeira Governamental: fatores determinantes e componentes

No processo de análise financeira dos governos dois conceitos são importantes para a compressão: a CFG e a posição financeira. O primeiro se refere à capacidade dos governantes em continuar a oferecer serviços públicos de forma contínua e atender, devidamente, as obrigações financeiras decorrentes.

Em sentido mais amplo, Groves e Valente (2003, P1, apud Lima & Diniz, 2016, p.74) assinalam que a CFG significa a capacidade do governo no longo prazo para pagar os custos operacionais, incluindo os gastos que normalmente ocorrem em cada orçamento anual, bem como todas as despesas que aparecerão somente nos anos que deverão ser pagas.

A posição financeira, segundo Lima e Diniz (2016, P76) apresenta o seguinte sentido para as entidades governamentais:

O estudo da posição financeira tem por fundamento os aspectos financeiros e patrimoniais, representando o *status* financeiro do governo em um dado momento, geralmente na data da elaboração das demonstrações contábeis, identificado pela diferença entre ativos e passivos financeiros ou ainda por ativos e passivos totais. Essas informações são dispostas no balanço patrimonial, razão pela qual essa demonstração é também conhecida por demonstração da posição financeira.

A análise da CFG vai além das questões essenciais para avaliar a posição financeira, requerendo a análise de diversas obrigações e características do governo não incluídas nas demonstrações contábeis, como, por exemplo, a situação econômica e social de uma localidade.

Diante das definições apontadas, várias características podem ser identificadas na condição financeira, dentre elas: a dimensão temporal, o ambiente econômico, a multidimensionalidade de conceito, o envolvimento de obrigações financeiras implícitas e explícitas e a mensuração por uma composição de variáveis, como visto a seguir. (BERNE, 1992, apud Lima & Diniz, 2016, p.78).

a) Dimensão temporal: possibilita avaliar a CFG de curto e longo prazo. A CFG de curto prazo depende da liquidez ou a capacidade do governo de produzir caixa rapidamente para atender suas necessidades imediatas, sendo apresentada pela posição financeira da entidade em determinado momento. A CFG de longo prazo depende da capacidade do governo em assegurar recursos e gerenciar gastos, bem como manter uma infraestrutura para o fornecimento de bens e serviços no futuro.

b) Ambiente econômico: a CFG depende do ambiente econômico em que a organização governamental está inserida. A capacidade dos governos locais de explorar a sua base de receita e atender as necessidades da população depende da economia local, regional e nacional, cujo desafio consiste em manter o equilíbrio entre receitas e despesas.

c) Multidimensionalidade de conceito: essa característica confere à CFG um sentido complexo que envolve o relacionamento de grande variedade de indivíduos e grupos, tais como credores, contribuintes, outros governos, fornecedores, empregados, bancos, financiadores, dentro outros. Essa característica demonstra que a CFG não pode ser mensurada tendo por base apenas as obrigações correntes da organização, mas também levando em conta grandes fontes e usos de recursos, tais como empréstimos, recursos internos, receitas, despesas e endividamento. Devem existir conflitos entre os diferentes grupos e indivíduos, mas dependendo do objetivo da mensuração da CFG da organização deve esforçar-se para combinar essas múltiplas dimensões em uma única medida.

d) Obrigações financeiras implícitas e explícitas: as obrigações implícitas são mudanças de recursos e fluxo de serviços que não são reveladas explicitamente no fluxo de caixa ou nos contratos administrativos. Por exemplo, uma entidade governamental que dispõe de reservas de caixa e recursos inexplorados em uma comunidade, cujas necessidades sociais não são atendidas, evidenciará uma péssima condição financeira. Entretanto essa situação não seria revelada se somente transações explícitas fossem consideradas. Outro exemplo seria uma organização que tivesse um baixo nível de endividamento, mas dispusesse de uma infraestrutura deteriorada que reduzisse substancialmente a prestação de serviços à comunidade, evidenciando uma pobre CFG em relação à indicada nos relatórios financeiros. Dessa forma, é comum encontrarmos entidades governamentais com posição financeira saudável, mas com CFG deficiente por existirem obrigações implícitas que foram consideradas no processo de mensuração.

e) Mensuração por uma composição de variáveis: a CFG não é uma medida unidimensional, ao contrário, ela é formada por uma composição de variáveis, abrangendo aquelas que indicam tanto boa quanto má situação financeira. Uma série de estudos clássicos reconhece que a CFG de uma cidade não pode ser mensurada por um único indicador nem mesmo por uma pequena quantidade de indicadores. Assim, a CFG pode variar apresentando diferentes níveis de medida, indo de excelente a péssima.

2.1.1 Fatores determinantes da condição financeira

Fatores financeiros – Os fatores financeiros refletem a condição das finanças governamentais e representam o resultado da influência dos fatores ambiental e organizacional. A mensuração da CFG de um governo sob o enfoque dos fatores financeiros deve levar em consideração quatro aspectos fundamentais: a solvência de caixa, a solvência orçamentária, a solvência de longo prazo e a solvência do nível de serviços.

- a) Solvência de caixa: refere-se, no estrito sentido contábil, à capacidade dos governantes em gerar caixa suficiente para trinta ou sessenta dias, a fim de pagar suas contas.
- b) Solvência de orçamento: significa, no sentido estrito contábil, a capacidade dos governantes em gerar receita suficiente além do seu orçamento normal para determinado período, a fim de atender às suas despesas e não incorrer em déficits.
- c) Solvência de longo prazo: significa, em sentido mais amplo, a capacidade dos governantes, no longo prazo, para pagar todos os custos dos projetos e atividades.
- d) Solvência do nível de serviços: relaciona-se à capacidade dos governantes de fornecer serviços de saúde, segurança e bem-estar à comunidade no nível e na qualidade que são requeridos pelos cidadãos.

Fatores ambientais - A CFG dos governos não é determinada apenas pelo estado financeiro da organização, mas também por fatores sociais, econômicos e demográficos que exercem pressões por gastos públicos e/ou proporcionam a base para a exploração de receitas.

Essas forças externas à organização constituem os fatores ambientais que afetam as finanças do governo de duas formas: primeiro, elas criam demandas, como, por exemplo, o crescimento da população que exige dos gestores mais investimentos em segurança pública, mais escolas, mais hospitais etc.; segundo, essas demandas geram recursos, uma vez que o crescimento da população, aumenta a procura por prestadores de serviços, elevando o nível de arrecadação de impostos sobre a receita.

Fatores organizacionais - Os fatores organizacionais, são práticas gerenciais e políticas legislativas criadas pela administração em resposta às mudanças provocadas pelos fatores ambientais. Em teoria, nenhum governo local pode permanecer em boa CFG se não desenvolver respostas apropriadas às mudanças nas condições ambientais, por exemplo reduzindo serviços, aumentando eficiência ou aumentando tributos. Isso implica que os gestores públicos precisam conhecer com antecedência essas mudanças, entendê-las, saberem o que fazer e estarem dispostos a enfrentá-las

2.2 Estratégias de análise da condição financeira

A maioria dos modelos para medir e avaliar a CFG dos governos é composta por sete componentes básicos:

- a) Recursos e necessidades da comunidade: mostra a base econômica do governo para produzir receita e a pressão por gastos para satisfazer as necessidades da população;
- b) Solvência orçamentária: avalia a posição operacional da entidade por meio da análise dos resultados da execução orçamentária;
- c) Gastos: refere-se à pressão por gastos para atender as necessidades da comunidade;
- d) Dívida: estuda a carga da dívida e a capacidade de endividamento do governo;
- e) Regime de previdência: avalia os gastos do governo com regime próprio de previdência dos seus servidores;
- f) Solvência de caixa: verifica a capacidade do governo em produzir e manter um nível de recursos internos para atender as obrigações imediatas e enfrentar emergências financeiras.

- g) Receita: que é a fonte de análise deste trabalho, mostra como o governo explora suas fontes de recursos, determinando a sua capacidade em fornecer bens e serviços à comunidade.

2.2.1 Procedimento e propósito da análise

O ponto principal a ser observado na análise da receita é a capacidade do governo de aumentar suas receitas no presente e no futuro. Essa capacidade é avaliada mediante o estudo de cinco componentes: (i) a base econômica; (ii) a base de receita; (iii) a receita arrecadada; (iv) a capacidade fiscal; e (v) a reserva de receita.

Base econômica – A base econômica mede a capacidade dos indivíduos e das empresas localizadas em determinada região de fornecer receita ao governo contribuindo para a solidez da condição financeira. Assim, a análise da receita inicia-se com conhecimento profundo da base econômica da comunidade.

As seguintes variáveis de natureza econômica são importantes para avaliar a economia de uma região e, por conseguinte, medir a capacidade fiscal do governo: nível de emprego, renda, tendência da população, características socioeconômicas dos residentes, comércio e indústrias locais, condições das moradias, nível de vendas a varejo, número de turistas, permissões para construção etc.

Essas variáveis exercem papel importante na análise da CFG de um governo sob a perspectiva da receita, pois, segundo Johnson e Roswick (1991, p. 179), o entendimento do contexto da economia ajuda a compreender a base da receita da qual deriva a capacidade fiscal da comunidade. Assim, na análise da exploração das fontes de receitas, o aspecto principal a ser investigado é o nível de recursos econômicos gerados pela comunidade e suas mudanças ao longo do tempo com o objetivo de destacar, entre esses recursos, aqueles com os quais o governo pode contar para extrair suas receitas.

Nesse sentido, Rosenberg e Stallings (1978, p. 4) afirmam que nenhuma municipalidade pode evitar dificuldade fiscal se sua vitalidade econômica está deteriorando. Uma economia forte produz receita para apoiar serviços e criar um ambiente comunitário positivo que atraia residentes e empresas.

Base de receita – A base da receita também denominada de base tributária, representa o conjunto de todas as fontes de recursos produzidas pela economia que podem ser legalmente exploradas pelo governo para produzir receita. Logo, o montante da base da receita é afetado pelo crescimento da população e pelo desenvolvimento econômico. A base da receita dos governos estaduais e municipais é composta, basicamente, por três fontes: a renda, o consumo e a riqueza da população.

Segundo Berne e Schramm (1986, p. 116), a base da receita refere-se aos métodos utilizados pelo governo para explorar a riqueza e a renda de uma comunidade, os quais são apresentados em um sistema legal que define a base empírica para a cobrança das receitas não tributárias.

Johnson e Roswick (1991, p. 183) destacam que a base da receita apresenta a fonte direta da capacidade fiscal da jurisdição, ou seja, os recursos potenciais para financiar as necessidades da comunidade. Na visão dos autores, base da receita é composta por quatro grandes categorias: base do imposto sobre a propriedade, base do imposto sobre as vendas, base do imposto sobre a renda e base sobre as taxas e tarifas.

Capacidade fiscal – A capacidade fiscal da receita é o montante máximo de recursos que um governo pode obter, acima dos limites atuais de arrecadação, com a exploração plena da sua base de receita.

Johnson e Roswick (1991, p. 177) afirmam que a capacidade fiscal pode ser

geralmente definida como a competência que uma jurisdição dispõe para gerar tributos e outras receitas a partir de suas fontes próprias. Logo, a capacidade fiscal de um governo depende do perfeito conhecimento da sua base econômica, ou seja, do seu potencial de geração de renda, bem como sua base da receita, representada pelos métodos de exploração das fontes de recursos.

Receita arrecadada – Uma vez tendo conhecido a posição da base econômica de uma localidade e os métodos de exploração da receita, ou seja, a base da receita utilizada pela entidade governamental, o passo seguinte consiste em identificar quanto o governo produziu de receita para cada fonte de recurso, ou seja, quanto de receita efetivamente foi arrecadado.

Conceitualmente, a análise da receita arrecadada é realizada após a análise da base econômica e da base da receita. Todavia, na prática, análise da receita arrecadada constitui o primeiro passo no processo de avaliação da condição financeira, pois, inicialmente, busca-se conhecer quanto o governo efetivamente arrecadou em cada fonte de receita, avaliando-se as elevações e as quedas na arrecadação para, depois, analisar a base econômica e a base da receita em busca de explicações para as variações observadas.

A análise de receita arrecada tem por objetivo identificar o comportamento da arrecadação ao longo do tempo, visando verificar o grau de importância de cada espécie de receita, bem como comparar o desempenho do governo com outros similares.

Reserva de receita – O principal objetivo em mensurar a capacidade fiscal de um governo é identificar se a receita arrecadada está acima ou abaixo dessa capacidade, isto é, se o governo está explorando adequadamente sua base de receita. Se a capacidade fiscal é superior à receita arrecada, tem-se, por diferença, a reserva de receita.

Quanto maior a reserva de receita de um governo, maiores serão as possibilidades de se obterem receitas adicionais para melhorar a condição financeira. Por essa razão, na análise financeira da receita é de fundamental importância obter medidas de capacidade fiscal e da receita arrecadada. Assim, se um determinado governo tem o potencial de arrecadar 500 mil reais em imposto sobre a propriedade, mas está arrecadando apenas 400 mil, apresenta uma receita a ser explorada no montante de 100 mil reais.

Entretanto, em algumas situações, pode ocorrer de a receita arrecadada ser superior à capacidade fiscal. Essa diferença, denominada de ausência de reserva de receita, mostra a alta carga tributária a que os contribuintes estão submetidos.

Assim, o conhecimento da reserva de receita é importante para subsidiar decisões sobre a capacidade de endividamento e sobre as necessidades sociais ainda não atendidas. Dessa forma, quanto maior a reserva de receita de governo, maior a probabilidade de esse governo extrair receitas adicionais de sua base de receita sem provocar consequências adversas (BERNE; SCHRAMM, 1986, p. 376).

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos do trabalho, que foram analisar o comportamento das receitas orçamentárias operacionais das cidades de Campina Grande e João Pessoa, cidades paraibanas, verificar sua importância à luz da condição financeira governamental, estudar a evolução dessas receitas para o período de 2016 a 2019, apresentar o conceito de condição financeira e a estratégia para sua análise, então se fez necessário seguir os procedimentos descritos a seguir.

3.1 Dados, fontes e período

O universo da pesquisa correspondeu as duas maiores cidades do estado da Paraíba, a capital João Pessoa e a cidade de Campina Grande. Levando em consideração a relevância econômica de ambas no contexto estadual. Com isso foi utilizada a referência de 2 cidades para o período de 4 anos.

A análise se deu no período compreendido entre os exercícios 2016 a 2019. O motivo da escolha do período em questão se deveu pela comparabilidade das receitas durante o período de um mandato municipal e limitações de dados sobre o Produto Interno Bruto (*proxy* da Renda) municipal, que esteve disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o ano de 2019.

Os dados fiscais coletados foram obtidos pelo portal Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) no dia 15 de dezembro de 2021 e sua análise foi realizada no período de 15 de janeiro de 2022 a 20 de fevereiro de 2022.

3.2 Indicadores de análise

Os indicadores de análise da receita operacional buscam avaliar o crescimento, a flexibilidade, a dependência, a diversidade e a administração da receita operacional arrecadada.

Entende-se por receita operacional as receitas orçamentárias correntes derivadas e originárias. As receitas derivadas compreendem os impostos, as taxas, as contribuições e as transferências recebidas; as receitas originárias compreendem receita patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

O quadro a seguir relaciona os principais indicadores de análise da receita operacional utilizados pelos analistas e pesquisadores da CFG.

Quadro 01 - Indicadores do modelo Brown (1993)

Indicadores	Fórmulas	Pressupostos
Receita <i>per capita</i>	$\frac{\text{Receita operacional}}{\text{População}}$	Quanto maior melhor
Esforço tributário	$\frac{\text{Receita tributária}}{\text{Renda total local (PIB)}}$	Quanto maior melhor
Autonomia financeira	$\frac{\text{Tributos diretamente arrec.} + \text{receitas não tributárias} + \text{impostos indiretamente arrec.}}{\text{Receita operacional}}$	Quanto maior melhor
Autossuficiência financeira	$\frac{\text{Tributos diretamente arrecadados} + \text{receitas não tributárias}}{\text{Receita operacional}}$	Quanto maior melhor
Dependência financeira	$\frac{\text{Receitas de transferências correntes} - \text{impostos indiretamente arrecadados}}{\text{Receita operacional}}$	Quanto menor melhor
Diversificação da receita	$\frac{\text{IPTU/Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$ $\frac{\text{ISS/ Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$ $\frac{\text{ITBI/Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$ $\frac{\text{Taxas/ Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$ $\frac{\text{Receita de contribuição/ Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$ $\frac{\text{Receita de patrimonial/ Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$ $\frac{\text{Receita de transferências/ Receita operacional}}{\text{Receita operacional}}$	Quanto maior melhor
Tendência da receita	$\frac{\text{Receita atual} - \text{receita anterior}}{\text{Receita anterior}}$	Quanto maior melhor

Fonte: Adaptado de Brown (1993).

O exame do indicador da Receita *per capita* mostra as mudanças ocorridas no nível da receita operacional em relação às mudanças no tamanho da população. Assim, quando a população aumenta é esperado que haja um aumento no nível de serviços para atender as necessidades da comunidade. Por outro lado, é esperado, também, um crescimento da receita devido ao aumento da renda em circulação e devido ao aumento do consumo pelos indivíduos.

O indicador do Esforço tributário relaciona a receita tributária de um governo com a renda total da comunidade para identificar o esforço tributário dos cidadãos face à sua capacidade de pagamento. Clark e Ferguson (1983, p.54) entendem que a medida do esforço tributário deve ser obtida pela participação da receita tributária na riqueza da comunidade, justificando que a conversão de recursos privados em receita não é automática, pois a avaliação do nível da alíquota tributária é dependente de decisões políticas. Assim, as cidades ricas sofrem de tensão fiscal se seus cidadãos se opõem a alto esforço tributário.

O indicador de Autonomia financeira mostra a participação de todos os recursos próprios do município, arrecadados direta ou indiretamente, em relação à receita operacional. Representa o grau de independência financeira a recursos de transferências intergovernamentais provenientes de esferas superiores de governo. Por esse motivo, esse indicador mede a eficiência da gestão de receitas próprias. Assim, quanto maior o resultado desse indicador, melhor será a CFG.

Esse indicador de Autossuficiência financeira, considera apenas as receitas próprias diretamente arrecadadas pelo governo em relação à receita operacional. É conhecido, também, como índice de capacidade de geração de receita própria por revelar o esforço do governo local em produzir receitas contando com a base econômica.

O indicador de Dependência financeira fornece o grau de dependência financeira do governo de recursos de esferas governamentais superiores mediante a identificação da representatividade das receitas de transferências correntes na receita operacional, exceto as cotas-partes de impostos indiretamente arrecadados. Uma relação alta desse indicador é prejudicial à CFG devido à super dependência de recursos dos governos superiores. Assim, em ocorrendo problemas orçamentários e financeiros nessas esferas governamentais, devido a crises econômicas e/ou limitações tributárias, os governos de esferas inferiores se veem obrigados a cortar programas importantes e limitar o nível de serviços essenciais à comunidade. Assim, conforme assinalam Clark e Chan (1990, p.95), quanto mais independente é um governo, mais suscetível ele se torna à volatilidade de mudanças fiscais intergovernamentais como supressão na participação da receita geral e redução nas subvenções.

No processo de análise da receita operacional é recomendável avaliar o nível de diversidade de receitas do ente governamental, identificando a participação dos variados tipos de impostos e taxas de sua competência, bem como de receitas não tributárias e de transferências intergovernamentais em relação à receita operacional. Os seguintes indicadores podem ser mensurados: (i) IPTU/receita operacional; (ii) ISS/receita operacional; (iii) ICMS/receita operacional; (iv) taxas/receita operacional; (v) receitas de serviços/receita operacional; (vi); receitas de transferências/receita operacional etc.

Tendência da Receita revela o crescimento e o declínio das diversas fontes de receita do governo. Na interpretação dos indicadores de tendência da receita o gestor deve buscar as causas dos declínios na arrecadação, especialmente a receita tributária, e identificar os motivos que estão deteriorando a base de receita e a capacidade fiscal. Dentre outras causas do declínio na arrecadação, destacam-se: crises econômicas, medidas adotadas pelos governos estadual, federal ou local, ineficiência na arrecadação e na fiscalização tributária.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 Variação e relação dos indicadores da CFG para as receitas orçamentárias

Antes de proceder a análise da CFG a partir da análise das Receitas Orçamentárias, cabe pontuar que o PIB de Campina Grande apresentou crescimento superior a 3% em todos os anos do período considerado, enquanto a população teve uma tendência declinante, chegando a um crescimento negativo em 2019.

A Tabela 01 mostra que a Receita Orçamentária Total cresceu cerca de 4% em 2016, caiu para 0,5% em 2017 e se recuperou bem em seguida, chegando a quase 14% em 2019. Sua relação com o PIB foi estável, ficando em média a 9,1% no período. Por outro lado, sua relação com a população foi diferente. Houve uma tendência de crescimento no período, partindo de R\$ 1.898,81 *per capita* em 2016 para R\$ 2.304,09 *per capita* em 2019. Isso se deveu basicamente ao crescimento da receita enquanto a população declinava, tornando mais produtiva a extração de receitas fiscais na sociedade.

Tabela 01: Variação e relação entre o PIB, população e receita orçamentária do município de Campina Grande no período de 2016 a 2019

Ano	PIB	POP	RO	RO/PIB	RO/POP (R\$)
2016	5,3%	0,5%	3,9%	9,3%	1.842,67
2017	3,3%	0,7%	0,5%	9,2%	1.850,48
2018	5,8%	0,0%	6,8%	8,9%	1.990,58
2019	3,9%	-0,1%	13,8%	9,0%	2.267,43

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SICONFI e IBGE.

Quanto ao município de João Pessoa, a Tabela 02 mostra que o PIB apresentou crescimento de 5,3% em 2017, caiu para 0,4% em 2018, e novamente teve um crescimento de 5,2% em 2019, enquanto a população teve uma tendência de queda, também chegando a um crescimento negativo no ano de 2019.

Receita Orçamentária Total, esta cresceu cerca de 1,2% em 2017, 7,2% em 2018 e 9,4% em 2019. Sua relação com o PIB foi estável, ficando em média a 10% no período. No entanto, sua relação com a população foi divergente. Houve uma tendência de queda no período de 2016 a 2018, passando de R\$ 2.410,93 para R\$ 2.354,79, e um crescimento de 2523,27 em 2019.

Tabela 02: Variação e relação entre o PIB, população e receita orçamentária do município de João Pessoa no período de 2016 a 2019

Ano	PIB	POP	RO	RO/PIB	RO/POP (R\$)
2016	2,6%	1,4%	-0,9%	10,3%	2.380,57
2017	5,3%	1,3%	1,2%	10,0%	2.310,70
2018	0,4%	0,0%	7,2%	9,6%	2.489,32
2019	5,2%	-0,2%	9,4%	10,2%	2.741,18

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SICONFI e IBGE.

4.2 Análise dos indicadores da CFG para o município de Campina Grande

Para a análise da CFG pelo lado da Receita Orçamentária Operacionais, foram calculados os índices para os anos 2016, 2017, 2018 e 2019 de acordo com o apresentado na metodologia, segundo a abordagem de Brown (1993).

De acordo com os indicadores de receita calculados para o município de Campina Grande dispostos na Tabela 03, é possível observar como se comportou a CFG no âmbito das Receitas Orçamentárias Operacionais.

O exame do indicador da Receita *per capita*, mostra as mudanças ocorridas no nível da receita operacional em relação às mudanças no tamanho da população. O município teve acréscimos contínuos na Receita *per capita* ao longo do período analisado. Em 2016, a geração de receita por habitante atingiu R\$1.842,67, passando para R\$ 2.267,43 em 2019, um aumento de 23,1%.

Como visto na Tabela 01, ao longo do período analisado, observou-se uma queda no crescimento populacional, e aumentos sucessivos da Receita *per capita*, o que pode ter levado a esse resultado na Tabela 03 ao longo dos anos estudados.

O incremento na Receita *per capita* sugere um maior esforço tributário da comunidade, ou seja, um aumento da parcela da renda da população destinada ao governo por meio das receitas tributárias. Ver-se na tabela que em todos os exercícios analisados, o indicador de esforço tributário foi crescente, partindo de 0,9% em 2016 para 1,3% em 2019. Assim, verifica-se, portanto, que houve aumento no esforço tributário no período, culminando numa maior Receita *per capita* em 2019.

A Autonomia Financeira expressa a capacidade do governo local em produzir receita contando com a base econômica da comunidade. Essa capacidade é expressa pelos recursos diretamente arrecadados mais as cotas de impostos arrecadados por outras esferas de governo que pertencem ao governo local. Assim, quanto maior a participação desses recursos em relação à receita operacional, maior a autonomia financeira do governo. Os índices encontrados foram de 44,8% em 2016, de 46,8% em 2017, de 46,0% em 2018 e de 43,9% em 2019. Isso significa que nos anos estudados, menos de 50% dos recursos do governo são obtidos por esforço próprio, e que os recursos restantes, provém de outras esferas de governo por meio de transferências intergovernamentais.

Tabela 03: Indicadores da CFG a partir da Receita Orçamentária Operacionais para o município de Campina Grande no período de 2016 a 2019 (em R\$)

Indicadores/Ano	2016	2017	2018	2019
a) Receita <i>per capita</i> (em R\$)	1.842,67	1.850,48	1.990,58	2.267,43
b) Esforço Tributário (em %)	0,9	1,0	1,0	1,3
c) Autonomia Financeira (em %)	44,8	46,8	46,0	43,9
d) Autossuficiência Financeira (em %)	17,9	18,5	18,3	18,7
e) Dependência Financeira (em %)	55,2	53,2	54,0	56,1
f) Diversificação da Receita (em %)				
f1) IPTU/RO	1,8	2,4	3,6	3,3
f2) ISS/RO	6,1	6,4	6,2	6,5
f3) ITBI/RO	1,1	1,4	1,1	1,0
f4) Taxas	1,3	1,2	1,0	2,2
f5) Receita de Contribuição	5,9	5,8	6,0	5,3
f6) Receita Patrimonial	1,5	1,3	0,6	0,4

f7) Receitas de Transferência	82,1	81,5	81,7	81,3
g) Tendência da Receita (em %)	15,2	1,1	7,6	13,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SICONFI e IBGE.

A Autossuficiência Financeira é representada pela participação dos recursos próprios diretamente arrecadados (receita tributária mais receita não tributária) em relação à receita operacional. É conhecido, também, como o índice de capacidade de geração de receita própria por revelar o esforço do governo local em produzir receitas contando com a base econômica da comunidade. No caso em análise, observa-se que o município de Campina Grande, apresenta para esse indicador, resultados crescentes ao longo dos anos estudados, partindo de 17,9% em 2016 para 18,7% em 2019. Assim, para cada R\$1,00 real da receita operacional arrecadada, no ano de 2019, 18,7% provém de recursos próprios diretamente arrecadados pelo ente governamental, ou seja, apresentou baixa capacidade de geração de receita própria, apesar de o esforço fiscal ter crescido, como visto antes.

O indicador de Dependência Financeira mostra o grau de vulnerabilidade do governo devido à sujeição a recursos provenientes de outras esferas governamentais. No caso em análise, observa-se que o grau de dependência financeira do Município de Campina Grande atingiu índices superiores a 50,0% para os anos estudados, passando de 55,2% em 2016 para 56,1% em 2019. Resultados nessa magnitude tornam vulneráveis as decisões de investimento dos governos locais, haja vista dependerem de recursos de outras esferas de governo.

Analisando a Diversificação da Receita, verifica-se que as maiores fontes provêm das receitas de transferências (média de 81,7%) e das receitas tributárias (média de 11,62%). Quanto as receitas tributárias, constata-se que o ISS é a fonte mais expressiva da receita operacional, representado por uma média de 6,3% nas receitas orçamentárias operacionais, seguido do IPTU, que apresenta uma média de 2,8%, das taxas, com média de 1,4% e do ITBI, com valor de 1,1%. A receita de contribuição teve uma média de 5,8%, enquanto a receita patrimonial foi de 1,0%. Em suma, devido ao pacto federativo, a diversidade de receita do município está presente, mas é baixa em todos os casos, evidenciando que há forte dependência de transferências intergovernamentais.

Em se tratando da Tendência da Receita, destaca-se uma queda da receita operacional nos anos de 2017 e 2018 em relação ao exercício de 2016, e um aumento da receita para o ano de 2019. Sendo 15,2% em 2016, 1,1% em 2017, 7,6% em 2018 e 13,8% em 2019. Essa tendência positiva do ano de 2018 para 2019, reflete um crescimento econômico do município, que é afetado diretamente pelo desempenho econômico estadual e nacional.

4.3 Análise dos indicadores da CFG para o município de João Pessoa

De acordo com os indicadores de receita calculados para o município de João Pessoa dispostos na Tabela 04, é possível extrair as informações de como se comportou o CFG no que diz respeito as Receitas Orçamentárias Operacionais.

O município teve uma pequena queda na Receita *per capita* do ano de 2016 para o ano de 2017 e acréscimos ao longo dos anos de 2018 e 2019. Em 2016, a geração de receita por habitante atingiu R\$ 2.380,57 e passou para R\$ 2.741,18 em 2019. Esse incremento, mostra um aumento da parcela da renda da população destinada ao governo por meio das receitas tributárias. Como visto na Tabela 02, houve uma queda no crescimento populacional ao longo dos anos, o que pode ter contribuído para esse resultado.

Em todos os exercícios analisados, o Esforço Tributário em relação à renda total da comunidade teve sucessivos aumentos, passando de 2,0% em 2016 para 2,5% para 2019, como mostra a Tabela 04. Assim, conclui-se que o incremento da arrecadação é decorrente,

principalmente, do crescimento econômico da localidade e da estagnação da população. Quanto maior o resultado desse indicador, melhor a CFG.

Para esse indicador de Autonomia Financeira, os índices encontrados foram crescentes ao longo dos anos. Em 2018, obteve-se valor de 51,2% e em 2019, 51,1%. Ver-se que o município atingiu uma proporção de metade ou mais da Receita Operacional com recursos obtidos pelo esforço próprio a partir de 2017, a outra parte são recursos que provém de esferas de governo por meio de transferências intergovernamentais. Isso representa uma vantagem para a CFG, pois serve como garantia de que pelo menos parte dos recursos necessários virão de fontes próprias.

Quanto a Autossuficiência Financeira, observa-se que o município apresenta para esse indicador os seguintes resultados: 25,87% em 2016, e valores maiores para os anos subsequentes, sendo 29,7% em 2019. Assim, para cada R\$ 1,00 real da receita operacional arrecadada no ano de 2019, apenas 29,7% provieram de recursos próprios diretamente arrecadados pelo ente governamental.

Tabela 04: Indicadores da CFG a partir da Receita Orçamentária Operacionais para o município de João Pessoa no período de 2016 a 2019 (em R\$)

Indicadores/Ano	2016	2017	2018	2019
a) Receita <i>per capita</i> (em R\$)	2.380,57	2.310,7	2.489,32	2.741,18
b) Esforço Tributário (em %)	2,0	2,0	2,4	2,5
c) Autonomia Financeira (em %)	45,8	50,0	51,2	51,1
d) Autossuficiência Financeira (em %)	25,8	27,8	29,2	29,7
e) Dependência Financeira (em %)	54,2	57,7	48,8	48,9
f) Diversificação da Receita (em %)				
f1) IPTU/RO	3,1	3,6	4,4	3,6
f2) ISS/RO	10,3	11,1	12,0	12,0
f3) ITBI/RO	4,3	5,0	4,8	3,6
f4) Taxas	0,018	1,9	2,2	2,4
f5) Receita de Contribuição	4,0	4,0	4,3	4,1
f6) Receita Patrimonial	2,4	2,2	1,6	2,1
f7) Receitas de Transferência	74,1	72,2	70,8	70,3
g) Tendência da Receita (em %)	9,6	1,1	7,7	9,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SICONFI e IBGE.

O indicador de Dependência Financeira mostra o grau de vulnerabilidade do governo devido à sujeição a recursos provenientes de outras esferas governamentais. No caso em análise, observa-se que o grau de dependência financeira do município de João Pessoa atingiu 54,2% em 2016 e 48,9%, em 2019, tendo uma média de 51,8% para os anos estudados. Resultados nessa magnitude tornam vulneráveis as decisões de investimento dos governos locais, haja vista dependerem de recursos transferidos de outras esferas de governo mesmo que pertençam ao município.

Analisando a Diversificação da Receita, verifica-se que as maiores fontes, provém das receitas de transferências (média de 71,85%) e das receitas tributárias (média de 21,52%). Quanto às receitas tributárias, constata-se que o ISS é a fonte mais expressiva da receita operacional, representado por uma média 11,3%, o segundo lugar vem o ITBI que apresenta uma média de 4,4%, em terceiro IPTU com a média de 3,7% e em quarto lugar as taxas com o média de 2,1%. A receita de contribuição tem uma média de 4,1%, a receita a patrimonial tem

uma média de 2,1%.

A respeito da Tendência da Receita Operacional, houve uma diminuição das receitas do ano de 2016 para 2017, com um índice de 9,6% para 1,1%, respectivamente, e um aumento consecutivo das receitas para os anos de 2018 e 2019, sendo 7,7% e 9,9%, respectivamente. Essas tendências seguem o as tendências econômicas municipal, que é afetada diretamente pelo desempenho econômico estadual e nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principal objetivo analisar o comportamento das receitas orçamentárias operacionais das cidades de Campina Grande e João Pessoa, cidades paraibanas, e verificar sua importância à luz da condição financeira governamental. Seus objetivos específicos foram estudar a evolução dessas receitas para o período de 2016 a 2019, apresentar o conceito de condição financeira e a estratégia para sua análise.

A partir do estudo da evolução das receitas orçamentárias operacionais, baseado na abordagem de Brown, para o período de 2016 a 2019, pôde-se verificar que o município de Campina Grande apresentou uma queda no crescimento populacional e um crescimento dessas receitas em todos os anos, o que explica o aumento da receita *per capita*. Há a indicação de que a sociedade vem pagando mais tributos em relação ao PIB, havendo maior esforço tributário. Mais de 40% das receitas vêm de recursos arrecadados direta e indiretamente no município, ou seja, de recursos próprios, sendo de menos de 20% os diretos, indicando que há baixa capacidade de geração direta de receita própria. O grau dependência de recursos de outras esferas de governo apresenta um percentual superior a 50%. No que diz respeito a diversificação da receita, verificou-se que, as maiores fontes de recursos em relação a receita operacional, provém das transferências fiscais, em seguida das receitas tributárias, depois da receita de contribuição e por último, da receita patrimonial, confirmando a dependência de transferências, que responderam por mais de 80% das receitas operacionais.

Para o município de João Pessoa, o estudo das receitas operacionais verificou também um aumento da receita ao longo do período analisado e uma queda no crescimento populacional ao logo dos anos, permitindo, portanto, um aumento da receita *per capita*. Houve aumento sucessivos do pagamento de tributos pela sociedade em relação ao PIB, ou seja, aumentou o esforço tributário. No município, mais de 45% dos recursos arrecadados direta e indiretamente vieram de recursos próprios, mas, a arrecadação direta foi menor nos anos de 2017, 2018, 2019, sendo que menos 30% desses recursos vieram dessa fonte. Quanto a diversificação da receita, verificou-se que, as maiores origens de recursos em relação a receita operacional, provieram das transferências correntes, em seguida vieram as receitas tributárias, depois a receita de contribuição e por último a receita patrimonial, sugerindo forte dependência de transferências, já que esses recursos responderam por mais de 70% das receitas em todos os anos.

Pôde-se observar que, na perspectiva da receita orçamentária, a CFG foi afetada positivamente pelas receitas orçamentárias operacionais, pois, apesar de os municípios estudados apresentarem alto grau de dependência de transferências correntes, os demais indicadores apresentaram em sua maioria uma evolução positiva no período, indicando a capacidade em fornecer bens e serviços à comunidade, *coeteris e paribus*, ou seja, dados os comportamentos dos outros elementos constitutivos da CFG.

É principalmente com relação aos outros elementos constitutivos da CFG que se situam as limitações deste trabalho. Dado o escopo e os limites de espaço de um artigo científico, não é possível tratar com a profundidade devida dos elementos indispensáveis para

uma análise mais real, abrangente e profunda. Abordar ainda os gastos, as dívidas, os recursos, as necessidades da comunidade, a solvência orçamentária, o regime de previdência e a solvência de caixa são imprescindíveis para se conhecer a condição financeira, mas só uma dissertação de mestrado ou tese doutoral seria capaz de tal aprofundamento, considerando os vários métodos que cada abordagem exige, além de uma discussão crítica dos resultados, dos procedimentos que os gerou e da pertinência de cada tema.

No mais, dada a importância da CFG para o setor público, sugere-se que outras pesquisas abordem novamente as receitas de Campina Grande e João Pessoa, para acompanhar a evolução da CFG nesse aspecto, e, principalmente, os elementos não considerados neste texto. Assim seria possível uma visão geral da CFG dessas cidades, obtendo-se informações importantes tanto para a pesquisa como para a aplicação direta na gestão. Claro que outros municípios podem ser considerados, o que seria desejável, mas esse detalhe ficaria por conta do pesquisador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nºs 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 47p.

BRASIL, Cristina. Firjan: levantamento mapeia saúde financeira de municípios brasileiros. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/firjan-levantamento-mapeia-saude-financeira-de-municipios-brasileiros>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

Lima, S. C., & Diniz, J. A. **Contabilidade pública: análise financeira governamental**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível - IBGE em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/campina-grande.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/joao-pessoa.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

Siconfi Área Pública. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf;jsessionid=bQ3JrqcfSeNHM9T1wOzC35n3.node2>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.